

EDITORIAL

Seguindo com a grande marca da nossa Revista Direito UTP, qual seja, a sua interdisciplinaridade, evidenciada por trabalhos científicos nas mais variadas áreas do conhecimento jurídico, apresentamos o volume que fecha o ciclo letivo de 2023.

O Prof. Eduardo de Oliveira Leite apresenta o artigo “Casamento, União Estável e Regime de Separação de Bens”, no qual faz uma revisão criteriosa dos efeitos do pacto antenupcial e do regime de separação de bens no casamento e na união estável, além de uma análise crítica acerca da incidência da Súmula 377 do Supremo Tribunal Federal.

O Prof. Claudio Henrique de Castro trabalha com algumas “Reflexões sobre ilícitos atípicos”, em que analisa os ilícitos atípicos quanto às categorias do abuso de direito, inclusive nos direitos fundamentais; da fraude à lei; do desvio de poder e do desvio de finalidade; do jeitinho; da omissão na atuação administrativa visando a ineficácia da norma e dos ilícitos atípicos decorrentes da ineficácia constitucional.

O Prof. Jefferson Grey Sant’Anna, juntamente com a acadêmica Maria Luiza Rodrigues Neiva de Lima, examinam a “Os grupos econômicos sob a perspectiva do Direito do Trabalho – uma breve análise jurisprudencial convergente à análise econômica do direito”, demonstrando a relação da Análise Econômica do Direito com o Direito do Trabalho, com o enfoque nos grupos econômicos e em algumas consequências jurídicas conexas à relação de emprego.

A acadêmica Daniele Beatriz Ramos de Paula trabalha com o tema dos “Juizados especiais cíveis e o acesso à justiça: uma análise do judiciário paranaense”, em que apresenta uma análise da efetividade do acesso à justiça por intermédio da criação dos juizados especiais cíveis, realizando uma análise dos números apresentados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – TJPR referentes a 2010 a 2020, no que diz respeito especificamente aos juizados especiais.

O bacharelado Giuliano Balsini Merolli apresenta a pesquisa intitulada “Os limites das diligências na nova lei de licitações: uma análise do acórdão nº 1211/21 do TCU”, pelo qual analisa a polêmica decisão de 2021 proferida pelo plenário do Tribunal de Contas da União, admitindo a possibilidade de o licitante incluir novos documentos após a data limite de entrega, que tenham sido esquecidos ou não juntados por equívoco, o que pode trazer insegurança jurídica ao processo de contratação.

A acadêmica Giselle Padilha Pereira apresenta o tema concernente à “Relação de crimes praticados contra animais com crimes praticados contra pessoas”, em que aborda pesquisas sobre a interação social de quem presenciou ou praticou algum ato cruel contra um animal, descrevendo como isso afeta a socialização e a demonstração de emoções dessas pessoas com relação a situações que envolvam outras pessoas.

Por fim, o jurista Manoel Mota de Souza Neto escreve acerca dos “Apontamentos sobre a utilização do *vesting* no Brasil”, em que analisa as principais características do *vesting*, em especial sua natureza jurídica, bem como trabalha com os possíveis problemas apontados a partir da importação de tal instituto jurídico pelo Brasil.

Descrevendo brevemente as valiosas lições de todos os autores que contribuíram para o volume de fechamento do ano letivo de 2023 da Revista Direito UTP, desejamos a todos uma proveitosa leitura.

Verão de 2023

Conselho Editorial